



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 77 /2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, e estabelece em seu art. 5º, XIV, a utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

CONSIDERANDO as diretrizes relacionadas à modernização institucional e à atuação resolutiva do Poder Judiciário, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, incorporados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, que institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e traz como um dos seus macrodesafios o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade, incluindo a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão;

CONSIDERANDO que a Resolução CNJ nº 347, de 13 de outubro de 2020, em seu art. 32, parágrafo único, dispõe que, sempre que possível, deverão ser utilizados recursos de direito visual que tornem a linguagem dos documentos, dados estatísticos em ambiente digital, análise de dados e fluxos de trabalho mais clara, usual e acessível;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre acessibilidade e inclusão, inclusive na comunicação, com a utilização, dentre outros, da linguagem simples, escrita e oral;

CONSIDERANDO a Recomendação CNJ nº 144, de 25 de agosto de 2023, que recomenda aos Tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e atos que editem;

CONSIDERANDO a Resolução do TJPB Nº 21/ 2021 que cria o Centro de Inteligência e Inovação do Poder Judiciário do Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO a adesão do TJPB ao Pacto Nacional do Judiciário Pela Linguagem Simples, por meio do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 027/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de utilização de Linguagem Simples, no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, com os seguintes objetivos:

I - garantir a utilização de linguagem simples, clara e objetiva em todos os atos e comunicações do Poder Judiciário estadual;

II - possibilitar que todas as pessoas entendam com facilidade os regramentos e orientações dos serviços judiciários;

III - promover a transparência e o acesso à informação pública;

IV - incentivar o uso de linguagem acessível e inclusiva;

V - uniformizar a identidade visual dos documentos e materiais informativos produzidos no TJPB;

VI - reduzir custos administrativos e operacionais de atendimento.

Art. 2º Para fins deste Ato, considera-se:

I - linguagem simples: conjunto de práticas, instrumentos e técnicas de comunicação adotadas para, com obediência ao vocabulário ortográfico da língua portuguesa, transmitir informações de forma clara e objetiva, visando a facilitar a compreensão das comunicações, principalmente escritas, para que o leitor encontre facilmente o que procura, entenda o que encontrou e utilize a informação;

II - direito visual: modo de organização e apresentação de informações em textos e documentos jurídicos, para facilitar a compreensão do Direito de modo mais claro e acessível ao público, com uso de elementos visuais, como ícones, pictogramas, infográficos, fluxogramas, QR codes, entre outros.

Art. 3º Na criação e revisão de documentos e materiais informativos, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - adequar mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público, de maneira simplificada e acessível aos que desconhecem as expressões técnicas e jurídicas;

II - obedecer às regras gramaticais da língua portuguesa;

III - usar linguagem acessível e inclusiva, por meio do emprego de palavras simples e expressões de fácil compreensão;

IV - evitar comunicação duplicada e desnecessária;

V - evitar o uso de siglas desconhecidas e, quando estas forem utilizadas, explicar seu significado;

VI - evitar o uso de termos estrangeiros e jargões;

VII - explicar termos técnicos, se possível;

VIII - dar preferência à escrita de frases curtas e na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

IX - usar a adequada designação de gênero na denominação profissional ou em ocorrência que a necessite;

X - empregar a linguagem adequada às pessoas com deficiência;

XI - organizar textos utilizando, quando cabível, títulos, subtítulos e marcadores de tópicos;

XII - usar, de forma complementar e quando cabível, elementos não textuais, como imagens, tabelas, gráficos, animações, vídeos, ícones, pictogramas, infográficos, fluxogramas e outros.

Parágrafo único. A adoção das diretrizes descritas neste artigo não deverá prejudicar a acessibilidade e o acesso à informação nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Recomenda-se que também os documentos produzidos na área judicial sejam elaborados com observância das diretrizes fixadas neste Ato.

Art. 5º A Gerência de Comunicação (GECOM) e o Centro de Inteligência e Inovação (CEIIN) apoiarão a elaboração de materiais de apoio à aplicação da Linguagem Simples e a realização de campanhas que auxiliem na implementação da Política estabelecida neste Ato.

Art. 6º Será disponibilizado na página da internet do Tribunal um canal para consulta aos modelos de linguagem simples e ao glossário de expressões que devem ser evitadas, com atualização periódica, permitindo a colaboração dos usuários para a evolução do material disponibilizado.

Palácio da Justiça, Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe de 13/12/2024.